



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 11 de setembro de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 621/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 621/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 07/08/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 29/08/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Prezados(as), Com fundamento na Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, e em resposta ao protocolo e-SIC nº 495/2025, venho, respeitosamente, solicitar esclarecimento adicionais. Conforme resposta enviada anteriormente, recebi os relatórios de fiscalização da Vigilância Sanitária e os respectivos Alvarás Sanitários das UPAs do município. No entanto, gostaria de saber se existem outros tipos de fiscalização realizadas nas Unidades de Pronto Atendimento, além daquelas de cunho sanitário, tais como: Fiscalização da estrutura física e manutenção predial Fiscalização da gestão administrativa ou operacional Avaliação da qualidade do atendimento e dos serviços prestados Auditorias internas ou externas realizadas pelo município, Estado ou União Fiscalização trabalhista, de equipamentos e insumos Avaliação do cumprimento de metas e indicadores de desempenho Caso existam, solicito: A relação dos tipos de fiscalização realizados nas UPAs do município de Campinas; Os órgãos ou entidades responsáveis por cada uma dessas fiscalizações; Os relatórios, documentos ou registros oficiais gerados a partir dessas fiscalizações, preferencialmente em formato digital acessível (PDF). Caso não existam outros tipos de fiscalização além das sanitárias, peço que essa informação também seja registrada e formalmente esclarecida na resposta. Aguardo retorno dentro do prazo legal previsto no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011. Atenciosamente, Adriano Novo			

A essa demanda, a **Rede Mário Gatti** ofereceu respostas nos **DOC 16084856, 16084871, 16084881 e 16084886**, dos quais importa destacar:

DOC 16084871:

Referência: Protocolo e-SIC nº 621/2025.

Em resposta à Requisição E-SIC nº 621/2025, que questiona sobre a existência de outros tipos de fiscalização nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), além das sanitárias, e em especial sobre a fiscalização da estrutura física e manutenção predial, apresentamos as seguintes informações pertinentes à nossa área de atuação.

1. Este setor é o responsável pela gestão e acompanhamento do contrato de manutenção predial que atende as unidades da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar. Para tanto, mantemos um contrato vigente com a empresa AURUS BRASIL CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA - ME, o Contrato nº H00066/2024 (Processo Administrativo nº HMMG.2023.00002701-32), que tem como objeto a prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de mão de obra, material e insumos, bem como a realização de serviços comuns de engenharia e adequações físicas nos ambientes internos e externos que compõem a estrutura das unidades. Conforme a Cláusula Primeira, item 1.1 do Contrato Aurus Brasil, isso abrange "serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, material de consumo e insumos necessários à execução dos serviços, bem como a realização de serviços comuns de engenharia eventuais sob demanda e adequações físicas em ambientes internos e externos, integrantes da estrutura física das unidades que compõem a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar".
2. A fiscalização da estrutura física e da manutenção predial é exercida por meio de um processo contínuo e abrangente, que se desdobra em duas frentes principais:
 - Levantamento Proativo de Necessidades: Realizamos visitas sistemáticas e programadas às unidades da Rede Dr. Mário Gatti com o objetivo de identificar e levantar as necessidades de manutenção, reformas e adequações na infraestrutura. Essas visitas são fundamentais para uma gestão predial que antecipa problemas e planeja intervenções.
 - Atendimento a Demandas Reativas: As próprias unidades de saúde têm o fluxo estabelecido para a abertura de chamados, relatando problemas estruturais, falhas em equipamentos fixos prediais ou outras demandas de manutenção corretiva. Estes chamados são recebidos e prontamente encaminhados à empresa contratada para a devida execução, garantindo a rápida resposta às intercorrências.

(...)

7. Desse modo, a fiscalização da estrutura física e da manutenção predial não se configura como uma auditoria ou inspeção pontual de um órgão externo, mas sim como um processo intrínseco e contínuo de nossa gestão, realizado por meio do acompanhamento do contrato de manutenção, da identificação proativa de necessidades e do atendimento reativo a chamados, com vistas a garantir a integridade e funcionalidade das instalações da Rede Municipal Dr. Mário Gatti.

DOC 16084881:

Estas UPAs são atendidas por contratos administrativos que incluem as equipes terceirizadas, e a fiscalização garante que a contratada cumpra todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias em relação aos seus funcionários que possuem vínculo celetista.

A fiscalização é realizada pelos Coordenadores e equipes da Rede Dr. Mário Gatti por meio de servidores estatutários especificamente nomeados para estas funções. Atualmente esta fiscalização é realizada no âmbito do Contratos: nº 273/2021 - UPA Campo Grande, nº 154/2022 - UPA São José e nº H00053/2023 - UPA Anchieta Metropolitana, todos celebrados mediante procedimentos públicos próprios chamados de Chamamento Público, onde a Associação Beneficente Cisne foi selecionada.

Assim, a fiscalização diária e mensal é devidamente realizada, tanto em relação a atividades assistenciais executadas pela contratada, quanto à regularidade trabalhista relativa a todos os funcionários que possuem vínculo celetista com a Associação Beneficente Cisne e atuam nestas Unidades.

Regularmente são elaborados relatórios mensais que registram a fiscalização de toda documentação dos funcionários terceirizados, tais como folhas de ponto, holerites, comprovantes de pagamento, comprovações de quitação de obrigações tributárias e previdenciárias em relação ao INSS, IR, e FGTS, bem como monitoramento treinamentos, uso equipamentos de proteção e ocorrências geradoras CATs (acidentes de trabalho). Em havendo qualquer indicio de descumprimento destas obrigações, a contratada é instada a oferecer explicações e regularizar eventuais pendências.

Nesse sentido, ressaltamos que, embora não seja viável compartilhamento de dados sensíveis contidos nestes relatórios, ressaltamos que a fiscalização das obrigações trabalhistas é devidamente realizada como rotina pelas equipes designadas, atendendo a todos os critérios formais e legais pertinentes.

Em atenção ao requerido, item 3 do E-SIC 621/2025.

Informo que a Rede Mário Gatti mantém Contrato de Pesquisa e Satisfação com a empresa ÁGORA PESQUISA LTDA - CNPJ 19.557.018/0001-17

Segue anexo os dados contidos no último relatório apresentado - Doc 15851066

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 621/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 29/08/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/09/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Prezados(as), Com fundamento no artigo 15 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), venho interpor recurso em face da resposta parcial ao protocolo e-SI nº 495/2025, pelos seguintes motivos: Gestão administrativa e operacional O pedido contemplava informações sobre eventuais fiscalizações relacionadas à gestão administrativa operacional das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Entretanto, não houve manifestação ou documentos a respeito. Auditorias internas e externas O pedido solicitava informações e relatórios de auditorias realizadas pelo Município, Estado ou União. Contudo, a resposta limitou-se a fiscalizações contratuais internas (estoques e insumos), sem esclarecer a existência ou não de auditorias externas. Indicadores e metas de desempenho assistencial O pedido questionava sobre a avaliação do cumprimento de metas e indicadores de desempenho. Foram encaminhadas informações apenas de insumos e prazos de atendimento de requisições, mas não houve manifestação acerca de indicadores relacionados à qualidade e eficiência do atendimento médico e assistencial das UPAs. Pedido Diante disso, reitero o pedido de informações para que sejam apresentados, de forma clara e objetiva: a) A existência (ou inexistência) de fiscalizações sobre gestão administrativa/operacional das UPAs; b) A existência (ou inexistência) de auditorias internas e externas realizadas pelo município, Estado ou União; c) A existência (ou inexistência) de avaliação de metas e indicadores assistenciais das UPAs, bem como os relatórios/documentos correspondentes. (e não pesquisa de satisfação pública) Caso tais fiscalizações e documentos não existam, requer-se que essa inexistência seja expressamente declarada na resposta, em conformidade com o princípio da transparência previsto na LAI. Nestes termos, Pede deferimento. Adriano Novo			

O recurso, encaminhado à **Rede Mário Gatti**, obteve a decisão a seguir transcrita:

Cordialmente, em atendimento ao solicitado em Ofício 15735381, esclareço que a fiscalização da gestão administrativa e operacional, auditorias internas ou externas realizadas pelo município e avaliação do cumprimento de metas e indicadores de desempenho, podem ser acessados através do Portal da Transparência que são publicados, links abaixo:
https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/125/2025/07/04-092342/DEMONSTRATIVO_DE_PRODUCAO_05_2025_Convenios_Assistenciais.pdf
https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/demonstrativo-de-producao-de-instituicoes-conveniadas-e-contratadas-ao-sus
https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/gestao-e-financas

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, com exposição da fundamentação e requerimento, nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 621/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 05/09/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em Não Recebido	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Recurso em Segunda Instância – Lei de Acesso à Informação À Autoridade Superior/Controladoria-Geral do Município Assunto: Recurso em face de resposta insuficiente ao Protocolo e-SIC nº 495/2025 I – Dos Fatos O(a) recorrente formulou pedido de acesso à informação (Protocolo e-SIC nº 495/2025), no qual requereu, de forma clara e específicos dados relacionados à gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), abrangendo: a) Fiscalizações administrativas e operacionais; b) Auditorias internas e externas realizadas pelo Município, Estado ou União; c) Avaliação do cumprimento de metas e indicadores de desempenho assistencial. Em resposta, foi proferido despacho (SEI nº 15788329) que limitou a indicar links genéricos do Portal da Transparência, sem esclarecer objetivamente se as informações solicitadas existem, tampouco se há documentos de auditoria externa ou avaliação de indicadores assistenciais. II – Da Fundamentação Nos termos do artigo 10, §1º, e do artigo 15 da Lei Federal nº 12.527/2011, a Administração deve apresentar resposta clara, objetiva e fundamentada, garantindo o acesso pleno à informação pública ou, em caso de inexistência, declarar expressamente tal fato. Ocorre que o despacho recorrido: Não respondeu sobre a existência ou inexistência de fiscalizações administrativas/operacionais das UPAs; Não esclareceu a realização de auditorias externas, limitando-se a remeter a relatórios de gestão e produção assistencial; Não contemplou a análise de metas e indicadores de desempenho assistencial, confundindo-os com simples dados de insumos e produção. Assim, a resposta configura atendimento parcial ao pedido, contrariando o princípio da transparência e o direito constitucional de acesso à informação (art. 5º, XXXIII, CF/88). III – Do Pedido Diante do exposto, requer-se a esta Autoridade Superior que: Reforme a decisão de primeira instância, determinando o atendimento integral ao pedido formulado; Seja informado de forma expressa: a) a existência (ou inexistência) de fiscalizações sobre gestão administrativa e operacional das UPAs; b) a existência (ou inexistência) de auditorias internas e externas realizadas pelo Município, Estado ou União, bem como seus relatórios; c) a existência (ou inexistência) de avaliação de metas e indicadores assistenciais, com disponibilização dos documentos correspondentes; Caso inexistam tais documentos, que essa inexistência seja formalmente declarada, em cumprimento ao art. 11, §3º, da LAI. IV – Conclusão O recurso deve ser provido, a fim de assegurar o pleno exercício do direito fundamental de acesso à informação pública, com resposta clara, objetiva e devidamente fundamentada. Nestes termos, Pede deferimento. Adriano Novo			

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.848/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

Preliminarmente, parece importante registrar que **os órgãos públicos, como as UPAs, sujeitam-se a diversos tipos de fiscalização e controle, exercidos por diferentes órgãos de controle interno** (de primeira linha: os próprios servidores, de segunda linha: a Procuradoria Geral do Município e o Controle Interno do próprio órgão, e de terceira linha: órgão central de controle interno, que inclui a Auditoria Interna), **de controle externo** (como os Tribunais de Contas, Ministério Público – Estadual, Federal, de Contas, do Trabalho, e Câmara Municipal), e **de controle social** (cidadãos).

De forma elucidativa, convém mencionar as **linhas de defesa** (proteção, controle) estampadas na **Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a saber:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes **linhas de defesa**:

I - **primeira linha de defesa**, integrada por **servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança** do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas **unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade**;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo **órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas**.

Embora esse dispositivo esteja contido na Lei de Licitações, o racional se estende a qualquer atividade exercida pelos órgãos públicos.

Para o exercício das atividades de fiscalização e controle, **os órgãos competentes, internos ou externos, utilizam-se de critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco, de tal sorte que cada qual realiza seu próprio Planejamento**. Não há, portanto, como afirmar, de maneira generalizada, que haverá relatórios mensais, anuais ou de qualquer outra periodicidade. A Secretaria Municipal de Gestão e Controle, unidade central de controle interno da Administração Municipal, por exemplo, planeja suas ações através do Plano Operativo Anual, acessível o POA 2025 pelo link <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/133/2025/02/13-144555/PLANO%20OPERATIVO%20ANUAL%20-%20POA%202025.pdf>. Os Relatórios produzidos são publicados no título Relatório de Atividades, acessível em <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/sistema-de-controle-interno>, a


conferir:

Relatórios de Atividades








[▶ Atividades do Sistema de Controle Interno de 2023](#)[▶ Anos Anteriores](#)

[▶ Atividades do Sistema de Controle Interno de 2024](#)[▶ Atividades do Sistema de Controle Interno de 2025](#)


As auditorias e fiscalizações ordinárias e extraordinárias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo estão disponíveis em seu **sítio eletrônico**, podendo ser localizadas através de pesquisa de Jurisprudência, que permite vários tipos de busca, inclusive pelo nome das UPAs, conforme link <https://www.tce.sp.gov.br/> (Pesquisar em):



Pesquisar




INSTITUCIONAL * SERVIÇOS * LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA * ESCOLA DE CONTAS * TRANSPARÊNCIA * IMPRENSA * FALE CONOSCO *



Em alusão ao Setembro Amarelo, TCE debate Saúde Mental no Funcionalismo Público

ARTIGO

A Infraestrutura da Desigualdade



DIMAS RAMALHO
Conselheiro-Consultor do TCESP

ARTIGO: A Infraestrutura da Desigualdade - Conselheiro Dimas Ramalho - [Leia a íntegra](#)

Pesquisar em

Escolha uma base para iniciar sua pesquisa: Comunicados, Jurisprudência, Processos ...


Processos

Comunicados

Site


Jurisprudência

Legislação e normas




Sessões

Tribunal Pleno, Primeira e Segunda Câmaras e Plenário Virtual




Notícias

Informações atualizadas e TCESP na imprensa




TV TCE

Sessões, cursos e eventos ao vivo



Comunicados

Avisos de órgãos técnicos



Publicações

Revistas, manuais, artigos e cadernos

Daí porque o **pedido inicial se reveste de generalidade**, quando menciona que “**gostaria de saber se existem outros tipos de fiscalização realizadas nas Unidades de Pronto Atendimento, além daquelas de cunho sanitário**, tais como: Fiscalização da estrutura física e manutenção predial Fiscalização da gestão administrativa ou operacional, Avaliação da qualidade do atendimento e dos serviços prestados, Auditorias internas ou externas realizadas pelo município, Estado ou União Fiscalização trabalhista, de equipamentos e insumos Avaliação do cumprimento de metas e indicadores de desempenho”.

Note-se que, com boa vontade, a Rede Mário Gatti sinalizou para as fiscalizações efetuadas rotineiramente por seus órgãos internos, mencionando, a uma, **o Contrato vigente que mantém com a empresa AURUS BRASIL CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA. para a prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva**, incluindo

fornecimento de mão de obra, material e insumos; a **duas**, a **atividade fiscalizatória, realizada mensalmente, no âmbito dos contratos 273/2021 - UPA Campo Grande, 154/2022 - UPA São José e H00053/2023 - UPA Anchieta Metropolitana, sobre a atuação de técnicos de enfermagem, enfermeiros que são funcionários da contratada Associação Beneficente Cisne com vínculo trabalhista pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;** a **três**, o **Contrato de Pesquisa e Satisfação com a empresa ÁGORA PESQUISA LTDA - CNPJ 19.557.018/0001-17, cujo último relatório fora disponibilizado na íntegra ao solicitante.**

Além desses, em resposta ao recurso de primeira instância, **a Rede Mário Gatti agregou os links para os controles efetuados pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (DERAC) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), gestora única do SUS, a saber:**

[https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-](https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/125/2025/07/04-)
[avulsos/125/2025/07/04-](https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/125/2025/07/04-)

[092342/DEMONSTRATIVO_DE_PRODUCAO_05_2025_Convenios_Assistenciais.pdf,](https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/125/2025/07/04-092342/DEMONSTRATIVO_DE_PRODUCAO_05_2025_Convenios_Assistenciais.pdf)

[https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/demonstrativo-de-producao-de-instituicoes-](https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/demonstrativo-de-producao-de-instituicoes-conveniadas-e-contratadas-ao-sus)
[conveniadas-e-contratadas-ao-sus](https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/demonstrativo-de-producao-de-instituicoes-conveniadas-e-contratadas-ao-sus) e [https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/gestao-e-](https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/gestao-e-financas)
[financas](https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/gestao-e-financas)

Dali se pode depreender, por exemplo, os números programados e produzidos por cada UPA, a conferir:

**REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR
DEMONSTRATIVO DE COMPETÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO**
P.T. III - UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E URGÊNCIAS

UPA Anchieta (4098110)	ITEM	PROGRAMADO		PRODUZIDO		PERCENTUAL DA META FÍSICA
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
	02- Procedimentos com finalidade diagnóstica	2.042	16.093,62	2.756	20.107,92	135,0%
	03- Procedimentos clínicos	30.107	120.241,28	36.391	137.088,39	120,9%
	04- Procedimentos cirúrgicos	1	32,40	3	69,48	300,0%
	TOTAL	32.150	136.367,30	39.150	157.265,79	

UPA Sérgio Arouca (5874998)	ITEM	PROGRAMADO		PRODUZIDO		PERCENTUAL DA META FÍSICA
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
	02- Procedimentos com finalidade diagnóstica	2.117	10.628,14	2.972	20.281,17	140,4%
	03- Procedimentos clínicos	31.754	133.617,70	41.765	159.977,19	131,5%
	04- Procedimentos cirúrgicos	1	32,40	3	69,48	300,0%
	TOTAL	33.872	144.278,24	44.740	180.327,84	

UPA Carlos Lourenço (9912266)	ITEM	PROGRAMADO		PRODUZIDO		PERCENTUAL DA META FÍSICA
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
	02- Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.372	10.204,11	1.800	13.882,15	131,2%
	03- Procedimentos clínicos	24.980	83.100,16	36.450	109.286,19	145,9%
	TOTAL	26.352	93.304,27	38.250	123.168,34	

UPA São José (2023571)	ITEM	PROGRAMADO		PRODUZIDO		PERCENTUAL DA META FÍSICA
		FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
	02- Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.694	13.166,70	2.503	19.187,78	147,8%
	03- Procedimentos clínicos	25.433	83.641,91	28.911	105.230,69	113,7%
	04- Procedimentos cirúrgicos	3	97,20	3	69,48	100,0%
	TOTAL	27.130	96.905,81	31.417	124.487,95	

ITEM	PROGRAMADO		PRODUZIDO		PERCENTUAL DA META FÍSICA
	FÍSICO	FINANCEIRO	FÍSICO	FINANCEIRO	
Central de Regulação Médica de Urgências	11.640	-	19.740	-	
SAMU (viaturas)	3.599	5,15	4.016	-	
SAMU (Motos)	152	-	214	-	
TOTAL	15.391	5,15	23.970	-	

Edneide Silvestre Sabão
Edneide Silvestre Sabão
Mat. 121648-1
Coordenadora - CSAC/SMS

Os arquivos disponibilizados objetivam atender satisfatoriamente à pretensão inicial do solicitante, *ipsis literis*: “**solicito: A relação dos tipos de fiscalização realizados nas UPAs do município de Campinas; Os órgãos ou entidades responsáveis por cada uma dessas fiscalizações; Os relatórios, documentos ou registros oficiais gerados a partir dessas fiscalizações, preferencialmente em formato digital acessível (PDF). Caso não existam outros tipos de fiscalização além das sanitárias, peço que essa informação também seja registrada e formalmente esclarecida na resposta.**”

No entanto, em 2ª instância, vieram outros pedidos diversos do original e-SIC 621/2025 aglutinados ao e-SIC 495/2025, a saber:

III – Do Pedido Diante do exposto, requer-se a esta Autoridade Superior que: Reforme a decisão de primeira instância, determinando o atendimento integral ao pedido formulado; Seja informado de forma expressa: a) a **existência (ou inexistência) de fiscalizações sobre gestão administrativa e operacional das UPAs;** b) a **existência (ou inexistência) de auditorias internas e externas**

realizadas pelo Município, Estado ou União, bem como seus relatórios; c) a existência (ou inexistência) de avaliação de metas e indicadores assistenciais, com disponibilização dos documentos correspondentes;

Dessa forma, **compreendendo que os quesitos solicitados na inicial** (e não os que tratam de inovação recursal) **foram integralmente cumpridos, VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**, nada obstando a que o interessado, querendo, possa formular novo **pedido mais específico**, ou possa buscar as informações diretamente nos próprios órgãos de controle externo.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). ^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 11/09/2025, às 18:36, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16141074** e o código CRC **28F2821E**.